



© D.R.

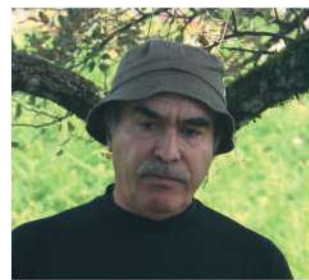
IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO DAS POPULAÇÕES NA GESTÃO FLORESTAL

No contexto actual, de grandes fragilidades expostas nos territórios rurais, por falta de ordenamento, de visão estratégica e de capacidade para implementar transformações estruturais, a gestão florestal só poderá ser feita com o engajamento das comunidades locais, sejam elas gestoras de recursos comunitários ou proprietários individuais de parcelas em espaços florestais, face ao perfil florestal nacional.

E esse envolvimento terá sucesso se forem considerando pelo menos estes três vectores: a sustentabilidade económica dos detentores dos recursos florestais (particularmente quando se trata de conservação ou de espaços com outra função social); o reconhecimento da importância desses recursos para a sociedade; e a implementação de modelos colaborativos.

SERÁ POSSÍVEL FALAR-SE DE FLORESTAS ONDE O ESTADO APENAS POSSUI 3 % DOS TERRENOS FLORESTAIS?

Tomando em consideração a distribuição da propriedade dos terrenos florestais em Portugal, com cerca de 91 % pertencente a privados, acentuadamente em minifúndio, 6 % são baldios, geridos pelas comunidades locais e onde apenas 3 % pertence e é gerido por entidades públicas (fonte: ICNF, Portugal Perfil Florestal, Janeiro 2021), do meu ponto de vista, a evolução dos espaços florestais para florestas e também para a estruturação de mosaicos de paisagem mais resilientes e alinhados com a prevenção e mitigação dos efeitos das alterações climáticas, apenas será conseguida se existirem políticas públicas e medidas efectivas que incentivem e apoiem os proprietários privados e as comunidades locais em processos de florestação e restauro, desses e de outros espaços florestais de elevada importância ecológica que existem e se vão degradando, sobretudo em área pro-



José Carlos Pires

Formado em Direito, empresário de turismo e dirigente associativo de baldios a nível local e nacional

tegida, bem como a sua manutenção a longo prazo. Indo mais longe, a visão de longo prazo deve apontar o destino a dar à floresta madura, a qual atravessou gerações, vários herdeiros e que a sociedade já a considera como sua, seja para dela desfrutar ociosamente, ou pelos valores naturais que a integram.

As florestas são muito mais do que árvores e plantas e, neste sentido, os modelos económicos devem urgentemente chamar a sociedade a pagar os benefícios intangíveis, resultantes dos serviços de ecossistema, de que todos usufruem, mas que na maior parte das vezes não são percebidos pelos cidadãos. E a questão é, alcançado esse clímax, como tratar o recurso? Estará ele apto a dar o retorno económico aos herdeiros do seu instalador, por via da extracção/destruição, ou deve manter-se útil à sociedade enquanto prestador de serviços ecológicos, e portanto, não transacionável? Nestes casos, como poderemos assegurar na sua manutenção, em que existem custos privados e benefícios públicos?

ESPAÇOS FLORESTAIS DE MONTANHA – UM TERRITÓRIO APETECÍVEL

A montanha é um espaço multifuncional de actividade económica e de fruição ociosa. Ela é essencialmente paisagem, comportando mosaicos de floresta, de matos, pastagens e também de pedras e penedias.

A montanha, pelas suas características intrínsecas, mantém-se peculiar quanto à titularidade das terras, pois é ali que ainda hoje se mantém um modelo de governança comunitário de um recurso comum, que é o baldio. Os baldios situam-se sobretudo no norte e centro do país e, ocupando cerca de 6 % do território de Portugal continental, representam mais de 14 % da floresta nacional.

O baldio, pela sua dimensão e porque formalmente se apresenta como uma unidade produtiva, com um único titular da posse e da gestão, tornou-se muito apetecível para a instalação daquilo que se convencionou chamar de “economias de base territorial”, nomeadamente energias renováveis, exploração florestal, mercado voluntário de carbono, actividades turísticas, serviços de ecossistema e biodiversidade. Recai hoje sobre o baldio um forte interesse e pressão, com novos usos e novos utilizadores, compartes e não compartes.

Mas o baldio é, em si mesmo, diversidade de uso, multifuncional, em função dos interesses dos titulares dos direitos de uso e fruição, ou seja, dos compartes. Por isso, apesar de na sua relação com entidades externas apenas existir um interlocutor, a verdade é que é no seio da comunidade local que as divergências ocorrem e devem ser dirimidas, de forma que o interesse colectivo possa emergir como um desígnio de todos. Para esse efeito, a comunidade deve estabelecer num Plano de Utilização do Baldio (que é bem mais do que o Plano de Gestão Florestal), definindo de forma concertada quais são as actividades possíveis e o modo de acomodar aquelas que conflituam, nomeadamente a florestação, o pastoreio e a apicultura, entre outros.

Ao mesmo tempo, estes territórios de montanha, cada vez mais despovoados e dependentes de ajudas do Estado (um pouco à medida do que acontece no resto da União Europeia para o sector primário), tornam-se mais vulneráveis à instalação de actividades e de interesses de entidades estranhas à comunidade,

muitas vezes desajustadas à realidade local, social e ecológica.

Por outro lado, com a crise climática/fenómenos extremos e perda de biodiversidade, a floresta e a paisagem passaram a ter uma maior relevância para a sociedade em geral, por isso, também para os decisores políticos. Esta nova “centralidade” da periferia, que por via dos usos, mas sobretudo pelos não usos do solo, ou seja, o abandono das propriedades, trouxeram questões de segurança, prevenção, mitigação e cumprimento de obrigações internacionais, como o Acordo de Paris.

Paradoxalmente, sendo consensual a necessidade de adopção de medidas estruturantes e que garantam efectividade na prevenção e nas respostas a dar em situações de crise, os ciclos eleitorais cada vez mais curtos, os actores políticos, ávidos de protagonismo e de dividendos resultantes essencialmente de percepções, fragilizam a actuação do Estado.

UM LEGADO SOCIOLÓGICO

Umas breves notas, duas históricas e uma actual, podem ser fundamentais para melhor se compreender motivações e modos de vida ancorados em princípios que escapam às sociedades urbanas actuais, e que não são compa-

tíveis com as lógicas da economia de mercado, das políticas da União Europeia e dos seus modelos de ajudas à produção. Com efeito, não reconhecendo a União Europeia o baldio, como recurso colectivo e de uso comum, faz-lhe aplicar regras desajustadas a esta tipologia, restringindo e condicionando em grande medida os planos de desenvolvimento.

A Real Fábrica dos Vidros de Vilarinho da Furna

Para o funcionamento da Real Fábrica dos Vidros de Vilarinho da Furna, no vale do rio Homem, próximo do que hoje é a Mata da Albergaria, o Alvará Régio de 1807 permitia usar as lenhas e demais vegetação que lhe fossem necessárias, de todos os bosques e matas, maninhos, a qualquer distância dela. Ao fim de pouco mais de um ano de actividade, tornando-se o impacto nos recursos florestais muito significativo e haver dúvidas sobre as vantagens do progresso prometido por tal actividade industrial, em 1808, a comunidade local assaltou, saqueou e incendiou a Real Fábrica de Vidro, com o propósito de proteger os seus recursos naturais.

O Regime Florestal no Gerês

Decorrido praticamente um século após o assalto à fábrica de vidro, em 1904, foi instalado o Regime Florestal no Gerês. Para além do desapossamento dos terrenos que passaram a integrar a Mata Nacional, foi concebido um plano de arborização e de exploração de terrenos comunitários, na contingência de 25 hectares por ano, fornecendo o Estado as sementes e o pessoal para dirigir os trabalhos. O mesmo Decreto Régio estabelecia também a penalidade de expropriação desses terrenos em caso de não realização dos trabalhos ou incumprimento das obrigações impostas pelo Regime Florestal. Mais uma vez, as mesmas comunidades que haviam rechaçado a indústria vidreira, opuseram-se e não cumpriram aquelas obrigações. Aqueles eram espaços vitais para a pastorícia e, por isso, para a sua sobrevivência, sobre os quais mantinham a posse e usufruto obtidos por aforamento, desde o final do século XIX, mediante o pagamento de uma renda anual, paga por altura do São

”

COM A CRISE CLIMÁTICA/FENÓMENOS EXTREMOS E PERDA DE BIODIVERSIDADE, A FLORESTA E A PAISAGEM PASSARAM A TER UMA MAIOR RELEVÂNCIA PARA A SOCIEDADE EM GERAL, POR ISSO, TAMBÉM PARA OS DECISORES POLÍTICOS.

Miguel (época das colheitas) e sobre os quais exerciam a gestão de forma comunitária.

Ao contrário do que sucedeu na generalidade dos baldios (ou maninhos, como também eram designados à época), aqui, o recurso ao aforamento, por escritura pública (emprazamento perpétuo), terá ocorrido precisamente para garantir a titularidade formal das terras ameaçadas pelo Regime Florestal. Ainda a propósito desta reacção, recorda-se que ela acontece ao arrepio do movimento europeu de promoção da floresta de crescimento rápido, ao qual se acomodou a nova visão do Estado sobre a florestação, desconsiderando os interesses e as práticas das comunidades locais, precisamente porque aqueles terrenos eram essenciais para a actividade de pastoreio extensivo.

O pinhal: de produção, de conservação ou uma ameaça?

Não tendo sido possível levar por diante o plano de florestação dos Serviços Florestais nos terrenos comunitários, nos inícios do século XX aqueles serviços promoveram juntos dos particulares a florestação com pinheiro-bravo, fornecendo plantas e sementes que foram usadas nas propriedades individuais. O pinheiro-bravo, sendo naquela época uma espécie exótica para o lugar, facilmente se adaptou e mereceu o agrado daqueles que o instalaram, porque, para além da madeira, não prejudicava o crescimento dos matos, tão

importantes para as camas dos animais e para a fertilização dos campos de cultivo.

Progressivamente, o pinheiro-bravo instalou-se no baldio e apresenta hoje uma tão grande dispersão da sua regeneração natural e adaptação ao meio, avançando por terrenos acima dos 1 000 metros de altitude, ameaçando outros ecossistemas importantes, nomeadamente as zonas ocupadas com o Lírio do Gerês (*Iris boissieri*) e também as áreas de pastagens.

Curiosamente, apresentando-se o pinheiro-bravo como a mais importante espécie de produção florestal para estes territórios, para além de ser uma ameaça daqueles ecossistemas, a sua extracção com fins económicos, nos locais onde ela é possível, provocará graves cicatrizes na paisagem. E naqueles sítios onde não é vantajoso explorar o pinhal, de que forma o devemos olhar?

HECTARES DE BIOSFERA – MODELO COLABORATIVO COM AS COMUNIDADES LOCAIS

Actualmente, ainda no decurso do procedimento para a regulamentação da lei do mercado voluntário de carbono, algumas comunidades locais da Serra do Gerês, associadas num Agrupamento de Baldios, iniciaram um projecto piloto, em parceria com várias entidades, o qual tem como objectivo servir de campo de ensaio para implementação de metodologias com base na experimentação, em

função dos interesses de cada parceiro. Para as comunidades locais, foi estabelecida uma condição essencial – as acções de florestação, reflorestação e de restauro não poderem prejudicar a classificação dos solos no âmbito do Sistema de Identificação Parcelar do IFAP (iSIP) e, na medida do possível, promoverem o ganho de novas parcelas elegíveis como pastagens permanentes – prática local, com vista a garantir pelo menos o mesmo nível de ajudas do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) para os criadores de gado e para o baldio, à data de início do projecto.

Neste projecto demonstrativo, designado de Hectares de Biosfera, os parceiros responsáveis pela escolha das plantas e validação das áreas a alocar ao projecto apresentaram, num primeiro momento, uma lista de plantas autóctones, contemplando uma grande variedade, adequadas a promoverem a biodiversidade e a proporcionar a certificação para aceder ao mercado voluntário de carbono +, o qual, para além do sequestro de carbono, incorpora co-benefícios ao nível da biodiversidade, água e do capital natural. Todavia, apesar de serem espécies adequadas também à silvopastorícia, visando o equilíbrio entre a qualidade do estado das parcelas/potencial para a arborização e mosaicos biodiversos, falhava no pré-requisito essencial para as comunidades locais, o de garantir a compatibilidade com povoamentos que o iSIP considera como elegíveis para pastagem em subcoberto (sobreiro, azinheira, carvalho negral, carvalho cerquinho, pinheiro manso, castanheiro e oliveira), pelo que houve necessidade de refazer a lista, dentro daquilo que é adequado às parcelas de implantação do projecto, limitando-a ao carvalho negral e ao sobreiro, ficando de fora espécies nativas como o pinheiro silvestre (*Pinus sylvestris*), o vidoeiro (*Betula pubescens*) e o pilriteiro (*Crataegus monogyna*).

Deste modo, foi preciso ajustar a plantação por forma a garantir a presença de 75 % ou mais das espécies que os gabinetes das políticas públicas determinam como adequadas ao acesso às ajudas de Estado e da União Europeia neste território de montanha, classificado como Parque Nacional.

Convém recordar que a silvopastorícia, com um manejo responsável, permite obter benefícios mútuos para os animais e para a flores-

”

A SILVOPASTORÍCIA,
COM UM MANEJO
RESPONSÁVEL,
PERMITE OBTER
BENEFÍCIOS MÚTUOS
PARA OS ANIMAIS E
PARA A FLORESTA (...)



ta e que, nesse sentido, as comunidades locais fizeram várias chamadas de atenção para esta desarmonia, que resulta também numa promoção da descaracterização dos habitats, uma vez que excluem espécies predominantes em áreas de pastagem em subcoberto, nomeadamente de carvalho alvarinho (*Quercus robur*) e de vidoeiro e, ainda, por promover a eliminação de pinheiro silvestre de regeneração espontânea porque está a ameaçar a quota de até 25 % de espécies não compatíveis em áreas classificadas administrativamente como pastagens permanentes – prática local.

UMA CONTRATUALIZAÇÃO CONSENSUAL E COMPROMETIDA

Sobre este projecto de restauro e promoção da floresta autóctone compatível com os critérios de elegibilidade para acesso a ajudas de Estado e da União Europeia para o pastoreio extensivo em áreas comunitárias, mere-

cem destaque quatro notas.

Apesar dos cuidados e profissionalismo postos no primeiro ano de plantação, durante o Verão de 2025 ocorreram períodos com temperaturas muito elevadas e de seca prolongada, levando à morte de bastantes plantas. Considerando a tendência de ocorrerem com mais frequência temperaturas extremamente elevadas, os parceiros acordaram na aquisição de meios para regar as plantas actuais e em futuras acções de plantação, com revisão do orçamento e do apoio para que o trabalho de rega seja considerado durante os meses de Verão.

Como segunda nota, há que referir a inclusão de uma cláusula de salvaguarda no protocolo de cooperação de modo a actualizar os termos contratualizados, em função das variáveis internas e externas, com impacto na execução e implementação do projecto, a qual deverá ser realizada mediante recurso a critérios de justiça relativa.

Depois, trata-se de um projecto que, partindo do desenho para os mercados de carbono, tem desde o seu início o objectivo de restauro ecológico, possibilitando o carbono +, já previsto, bem como a geração futura de créditos de biodiversidade e água, como já acontece noutros locais do planeta.

Por fim, notar que esta capacidade de acção e de posicionamento das comunidades locais perante novos desafios é possível porque o acesso à informação está mais democratizado e principalmente porque o trabalho associativo das comunidades locais, com apoio de técnicos qualificados em diferentes áreas do saber, permite-lhes uma visão holística sobre o legado dos baldios e, desse modo, agregarem outros projectos que lhe dão complementaridade de actividades, nomeadamente para a instalação de vedações para proteger as novas plantações. **IA**

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

PUB

PREMIER TECH

Solucões sustentáveis para a água e o ambiente

- Tratamento de águas residuais
- Armazenamento de líquidos
- Recuperadores de água da chuva

ECOFLO **REWATEC**

PREMIER TECH
PT Water and Environment

Rua da Cerâmica – Broega,
2870-502 MONTIJO PORTUGAL

PT-WaterEnvironment.pt
info.ptwe.po@premiertech.com

f in
v i